

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

**EMPREENDEDORISMO, AGRICULTURA ORGÂNICA DE PEQUENO PORTE E
GESTÃO MUNICIPAL – PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE**

HUGO MORAES OLIVEIRA PORTO

JUIZ DE FORA

2018

HUGO MORAES OLIVEIRA PORTO

**EMPREENDEDORISMO, AGRICULTURA ORGÂNICA DE PEQUENO PORTE E
GESTÃO MUNICIPAL – PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE**

Monografia apresentada como exigência ao curso de Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Adriana Barreto Lima
Miranda

JUIZ DE FORA

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a todas as causalidades que me levaram ao momento de conclusão deste trabalho, bem como à força maior que nos rege e guia nossas ações e as eventualidades programadas dessa vida.

Principalmente, agradeço a professora Adriana Barreto Lima Miranda, por acreditar em nosso trabalho e me ajudar a persistir nessa caminhada. Sem ela e sem sua força de vontade, esse trabalho não seria possível. Agradeço também por ter conhecido essa pessoa altruísta e focada em seus objetivos, e por mais que isso, ganhado uma amiga para vida.

Agradeço aos meus pais e minha família pelo apoio e provimento de todo o necessário para minha jornada da vida e acadêmica, sem eles também nada disso seria possível.

Aos professores da UFJF pela formação, em especial, aos membros da banca examinadora Professores Virgílio Oliveira e Lilian Alfaia por contribuições importantes no trabalho.

A todos meus amigos, próximos ou distantes.

E a tudo que o universo nos proporciona.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização geográfica do município	27
Figura 1 - Amostra não probabilística por conveniência	28
Figura 3 - Criação de gado de leite de pequeno porte de pequeno produtor.....	31
Figura 4 – Riacho Morro Redondo – Antiga Faz. Pedra Negra	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Vantagens para adoção do meio de cultivo orgânico.....	17
Quadro 2 - Dificuldades para adoção do meio de cultivo orgânico	18
Quadro 3 – Soluções comunitárias e de gestão pública	33
Quadro 4 – Possibilidades e Limitações para implantação da produção orgânica.....	34

RESUMO

O estudo em questão objetiva analisar a viabilidade da produção de agricultura orgânica de pequeno porte como instrumento de sustentabilidade socioambiental e econômica ao produtor e à gestão municipal. As linhas produtivas que serão levantadas consistem em sistemas produtivos dentro da agricultura orgânica, fundamentados, juntamente, aos princípios da agroecologia, de caráter socioambiental, garantindo assim, a sustentabilidade e manutenção tanto do sistema produtivo como dos agentes responsáveis pela mudança do eixo produtivo e de sua execução. Por ser uma pesquisa qualitativa e descritiva, optou-se pela técnica de interação dialógica com os moradores da região, bem como figuras públicas relacionadas aos moradores e produtores, e também a observação direta do ambiente de estudo para a coleta de dados. Na análise dos dados realizou-se através do exposto nos depoimentos das interações, que mostraram grande potencial para inserção no mercado acerca da produção de alimentos saudáveis, com caráter inovativo, mas pouco amparado por políticas públicas municipais devido à falta de demanda dos produtores e à dificuldade da conciliação ou transição da cultura convencional de produção para nova alternativa.

Palavras-chave: Empreendedorismo, administração pública, agricultura orgânica, sustentabilidade socioambiental.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the viability of the production of small organic agriculture as an instrument of socioenvironmental and economic sustainability to the producer and the municipal management. The productive lines That will be raised of productive systems Within organic agriculture, based, together with the principles of agroecology, of socio-environmental character, Thus Guaranteeing, the sustainability and maintenance of Both the productive system and the agents Responsible for the change of the axis productive and execution. As a qualitative and descriptive research, we opted for the technique of dialogic interaction with the residents of the region, as well as public actors related to the residents and producers, as well as direct observation of the study environment for data collection. The analysis of the data was carried October through the interactions, Which Showed great potential for insertion in the market of healthy food production, with an innovative character, but little supported by local public policies due to the lack of demand of the producers and the difficulty of conciliation or transition from the conventional production culture to new alternative.

Keywords: Entrepreneurship, public administration, organic agriculture, socio-environmental sustainability.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 Conceitos de empreendedorismo.....	11
2.2 Agricultura orgânica: conceitos, dimensões e desafios	14
2.2.1 Agroecologia em paralelo à agricultura orgânica	18
2.3 Gestão pública e políticas municipais.....	20
2.4 Perspectivas de sustentabilidade e desenvolvimento municipal	23
3 METODOLOGIA.....	26
3.1 Caracterização do estudo.....	26
3.2 Coleta de dados	27
3.2 Limitações da pesquisa	28
3.3 Análise de dados.....	29
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

A discussão em torno da melhor distribuição de renda no país é latente desde o início dos tempos, da colonização à república. É comum evidenciar áreas geográficas no Brasil em que não haja desigualdade financeira e social, em âmbito elevado ou não, referente à sua expressividade no meio urbano quanto no meio rural. No estudo, em questão; o cerne se encontra em pequenos proprietários rurais que estão sujeitos sob representação direta ou indireta, expressos por uma desigual capacidade competitiva quando comparados à cultura de produção patronal, marcada por grande concentração de terras e detenção de maiores fatias do mercado.

O tema por ser atual e controverso, discutido em academias e pela sociedade em geral, principalmente, com questionamentos de ambientalistas e interessados sobre as repercussões futuras pelo uso de agrotóxicos sob a luz da convencional produção agrícola em relação às toxinas condenadas pela Organização Mundial de Saúde – OMS, trazem reflexões contínuas conforme os meios de comunicação social despontam. Tal fato motiva questionamentos em âmbito geral, assim como, sobre o papel da gestão pública no âmbito social, ou seja, a preocupação com os trabalhadores de lavouras e dos pequenos proprietários rurais em meio à produção de alimentos no Brasil, face às alternativas de sistemas produtivos que possam concorrer com os modelos convencionais.

Dada à complexidade e relevância da temática, desperta o interesse para realização de pesquisas complementares, além de oferecer a oportunidade de maior compreensão, com veracidade em base de diversos estudos de caráter interdisciplinar, conciliados a experiência de empreendedorismo social, diante da percepção do pesquisador em aprofundar-se sobre o assunto, principalmente, quanto aos desafios dos atores sociais ao desenvolvimento no município em que possui uma propriedade, como também, as possibilidades de inovatividade à produção agrícola orgânica ou agroecológica e melhorias nas condições de vida dos pequenos proprietários rurais, o cerne deste estudo.

O processo orgânico ou agroecológico, como novo método produtivo comercial, ainda há grande receio pela maioria dos empreendedores agrícolas em aderir um sistema não habitual à produção com característica comercial. Para os grandes produtores, a redução da rentabilidade em curto prazo, representa um grave problema, haja vista, aos seus gastos referentes à manutenção da produção, fator esse, que pode ser considerado inviável para adoção do método (ASSIS, 2002).

Diante do contexto, o estudo tem uma lacuna a preencher quanto à área de influência escolhida, o município de Santa Bárbara de Monte Verde em Minas Gerais ao que concernem as questões ambientais e sociais, como também econômicas, diante das dificuldades afrontadas que dependem do Fundo de Participação dos Municípios através da distribuição dos recursos da União para os Estados e Distrito Federal, realizados de acordo com o número de habitantes, cabendo um coeficiente individual para cada local, o que nem sempre significa ter autonomia à gestão pública (CF, Art. 159, I, b).

A busca pela sustentabilidade municipal é almejada, logo, o problema a ser investigado é: quais as possibilidades e limitações, na perspectiva de introduzir o sistema de produção orgânica ou agroecológica para os pequenos produtores com sustentabilidade socioambiental e melhorias em sua qualidade de vida?

No entanto, conciliar questões ambientais e interesses diversos não é tarefa fácil, é necessário identificar o envolvimento das ações por parte da gestão pública, que facilitem, ou até mesmo dificultem os processos, especialmente, na produção de alimentos mais próximo do natural possível e identificar os subsídios existentes para os pequenos produtores da região, bem como os subsídios ainda não existentes, mas igualmente necessários, pois é de suma importância para analisar a rentabilidade no que tange a integração da produção já existente, para um caráter "orgânico/agroecológico", ou até mesmo influenciar no interesse em começar uma produção nesses moldes. (FLEURY; LIMA. 2009).

Dessa forma, observar os pontos positivos que apontam como resultados para o desenvolvimento no aspecto empreendedor dos produtores potenciais da zona rural de Santa Barbara do Monte verde indica ser uma prática promissora. O intuito é agregar atividades empreendedoras (até então inovadoras à região) às atividades cotidianas dos pequenos produtores como rumo para o desenvolvimento particular dos mesmos, assim com, desenvolver a economia municipal, potencializando os fatores de produção, com rumo em atividades de caráter sustentável.

Assim, este estudo tem por objetivo analisar a viabilidade da produção de agricultura orgânica de pequeno porte como instrumento de sustentabilidade ao produtor e à gestão municipal. Especificamente, objetiva identificar e avaliar as potencialidades do empreendedorismo como instrumento de sustentabilidade na gestão municipal, compreender as vantagens e desvantagens da produção agrícola orgânica e a sua influência no aspecto ambiental; identificar os subsídios oferecidos pelo Governo para os agricultores de práticas orgânicas e avaliar as melhorias e expectativas à implantação da produção orgânica desde o agricultor à gestão municipal.

O trabalho estrutura-se em cinco capítulos, além da introdução. No referencial teórico, encontram-se as teorias que fundamentam conceitos de empreendedorismo e os aspectos para sua consorciação com o problema de pesquisa, seguidos pelos conceitos e dinâmicas da agricultura orgânica e da agroecologia, mostrando a sua caracterização como meio produtivo alternativo e consoante às técnicas de preservação ambiental. Acrescentam-se os processos de fomentações acerca da gestão municipal e políticas públicas, assim como, a interação com os beneficiados, alicerçando o estudo sobre as faces e perspectivas da sustentabilidade. A metodologia mostra a natureza da pesquisa expondo a coleta e análise dos dados e justifica a utilização de determinados métodos de pesquisa. A apresentação dos resultados da pesquisa de campo demonstra as limitações e possibilidades da implantação da agricultura orgânica ou agroecológica. As considerações finais apresentam as análises realizadas e as respostas obtidas na interação dialógica em observação direta. Por fim, as referências bibliográficas que sustentam o estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo são apresentadas as teorias que fundamentam os conceitos de empreendedorismo, o contexto e conceitos e evolução da agricultura orgânica em dimensões e seus desafios, investigar o entendimento sobre gestão e políticas públicas como meios de subsidiar o sistema da agricultura orgânica, adicionando a importância das perspectivas de sustentabilidade e desenvolvimento municipal como área vital para atingir o intuito do trabalho e as limitações que concernem ao tema estudado.

2.1 Conceitos de Empreendedorismo

Para a compreensão do trabalho é necessário perpassar através das definições de empreendedorismo para compreensão da sua importância no desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental cujo tema tem relevância no cenário atual, além da melhoria nas condições de vida do pequeno agricultor local.

A primeira vista, o empreendedorismo é visto como forma de idealizar, implantar projetos e negócios a partir da inovatividade, que está diretamente ligada a algum tipo de risco, sucesso, quebra de paradigmas, tratando-se de bens ou serviços. Essas definições estão corretas tratando-se apenas de conceituar o empreendedorismo de forma superficial, sem mais detalhes do que realmente é o ato de se empreender. Algumas perspectivas são muito relevantes para a compreensão da essência do empreendedorismo, pois o sentido de empreender surge quando há envolvimento de pessoas e processos, que em conjunto, leva à transformação de ideias em oportunidades e a concretização dessas oportunidades culminará no nascimento de negócios bem sucedidos por meio do correto planejamento e execução das ideias (DORNELAS. 2008).

No entanto, não basta apenas envolver os processos que levam às confecções das ideias empreendedoras, é preciso coexistir o espírito empreendedor, intrínseco ao indivíduo, que irá orientar suas ações em prol da percepção das oportunidades, bem como das ideias que o motivam. Sobre o espírito empreendedor.

“O empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos materiais” (SCHUMPETER J., apud. Dornellas 2008, p.22).

Para Schumpeter, o empreendedor deve assumir uma postura agressiva, que rompe com o tradicional e usual, levando a atingir patamares de destaque perante o mercado. Outra abordagem que visa definir o empreendedorismo e coloca-se complementar a Schumpeter (1946) refere-se ao autor Kirzner (1973) que discursa com o conteúdo que o empreendedor é um agente de busca e de criação para chegar a um equilíbrio, objetivando uma posição mais clara e progressiva em uma atmosfera desentoadada e turbulenta.

Os autores mencionados convergem quando caracterizam o empreendedor como sendo um indivíduo clarividente às oportunidades, que busca por informações e se posiciona atento à emergência dessas, sendo descrito até mesmo como um indivíduo curioso, que busca por novos panoramas expansivos. Corrobora-se então, exaltando os aspectos que levam à convergência de ideias, cujas definições apontam para o ímpeto de realização, o redimensionamento de mecanismos sociais e econômicos de aquisição e manutenção de recursos e, principalmente, a aceitabilidade dos riscos e erros.

Não obstante, o “ímpeto” mencionado acima deve ocorrer através de algum fator motivacional que culminará no empreendimento. A motivação do empreendedor tem início mediante o surgimento de alguma oportunidade ou necessidade de auto sustento. O empreendedorismo pelo meio do surgimento da oportunidade é visto como o “lado positivo” da prática de se empreender, quando é realizado mediante o surgimento e identificação da oportunidade. A necessidade do auto sustento, a outra face do empreendedorismo, é tida como o “lado negativo”, e pretende promover o desenvolvimento econômico e social do empreendedor, podendo ser visto até mesmo como indicador de desenvolvimento econômico-social de um país (IBQP, 2008; p.30-34).

Em prol desse desenvolvimento, intervenções são promovidas pelo Governo e pelo setor privado, demonstrando a relação entre administração pública e empreendedorismo. Logo, a gestão municipal está inserida no sistema capitalista, o que não remete à exclusividade de ação do Estado, mas aproxima a relação de parceria entre o público e o privado (Harvey, 2006). Para tal, reflete-se sobre as possibilidades existentes no mercado, para que haja benefício mútuo na relação empreendedor x Estado. A partir daí, deve-se atentar

para o surgimento de novos conceitos da administração pública no que se refere ao empreendedorismo.

Pertinente à gestão pública e a visão do empreendedorismo como conceito, o “*corporate entrepreneurship*” tem por definição, o empreendedorismo realizado nas organizações de caráter público, composto por processos organizacionais que culminaram em ações inovadoras, como o aprimoramento ou criação de serviços, aglutinação de tecnologias, técnicas para gestão e aperfeiçoamento de estratégias. Este tipo de empreendedorismo é composto por processos que objetivam aperfeiçoar e/ou reduzir os esforços da organização, em paralelo a uma constante inovatividade em prol da adaptação às mudanças no ambiente interno e no ambiente externo (Kearney, C., Hisrich, R. Roche, F. apud Moraes, M.; Valadares, J. L.; Emmendoerfer, M.; Tonelli, D.; 2007).

Prioriza-se em conceitos do empreendedorismo à inserção do agricultor familiar no meio empreendedor, ou seja, é preciso discutir algumas peculiaridades que influenciarão a decisão por aderir aos riscos pertinentes ao empreendedor, bem como as possibilidades de aumentar a rentabilidade de sua propriedade junto à diversificação da sua produção.

Diante disso, a participação da classe agricultora nos processos de empreendedorismo junto à gestão municipal ainda é discutida, partindo do pressuposto que para alguns profissionais da área em questão e atuantes da administração municipal fundamentam-se em que e quando as associações de agricultores serão bem trabalhadas, e como vão despertar o ímpeto empreendedor dos agricultores através de trabalhos integrados, com fins de aumentarem os níveis de troca de experiência entre os mesmos. Como exemplo, a aquisição de insumos e o escoamento da produção em conjunto, proporcionando ganho de capital, reforçando a relevância do trabalho coletivo, assim como aumentar o poder de barganha a segurança da produção (Rev. Econ. Sociol. Rural, 2009).

Portanto, os incentivos apresentam-se atrativos o suficiente a fim de motivar o empreendedor para que haja, de fato, alguma orientação rumo à quebra de padrões, bem como à alternativas aos meios produtivos já consolidados. Questiona-se então de onde poderiam vir tais incentivos? Para maior proximidade com problema de pesquisa em questão, pauta-se nas esferas governamentais mais próximas ao pequeno proprietário rural de caráter empreendedor pertinente a agricultura orgânica à Gestão municipal.

2.2 Agricultura orgânica: Conceitos, dimensões e desafios

Cada vez mais, vem se acelerando o processo de degradação dos pastos, sendo considerado um dos maiores problemas da pecuária no território brasileiro, ao passo que, tem o pasto como base de sustentação, sendo esse setor extremamente dependente da boa conservação e manutenção das pastagens para seu sucesso (PERON; EVANGELISTA, 2004).

Sabemos que, cronologicamente, o Brasil sofreu diversas mutações no seu caráter de produção agrícola, devido à herança de seus colonizadores portugueses somados aos períodos de guerras em escala mundial, o estreitamento das fronteiras mundiais provenientes da globalização e o avanço no campo da tecnologia. Isto é, os fatores que sempre influenciaram de forma direta na demanda, quase que sempre a aumentaram exponencialmente. E para que haja o suprimento desse aumento de demanda considerável mantendo o equilíbrio, a oferta também teve de sofrer mudanças para acompanhar tal elevação (GRECO et, al, 2009).

Agricultura orgânica pode ser descrita como aglomerado de procedimentos para a produção agrícola, e está pautada em um fundamento básico, ressaltando que o processo de fertilização e a própria fertilidade do solo deve permanecer como função direta da matéria orgânica produzida pelo próprio ecossistema de determinada região local. Para Miguel Altieri (2001, p. 18), “o objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas.”

As funcionalidades naturais do meio ambiente que culminam na potencialização da fertilidade do solo, superficialmente o processo se inicia através da ação de agentes microscópicos (microrganismos) presentes nas matérias de adubação orgânica, compondo a chamada matéria biodegradável, podendo já estar presentes no meio ou serem inseridos por terceiros no solo (Campanhola & Valarini, 2001).

Torna-se assim possível, obter a demanda necessária de compostos minerais e químicos para o desenvolvimento dos vegetais cultivados. Além disso, ainda há a complementaridade quanto à existência de uma variedade de espécies desses diferentes microrganismos, que atuaram de maneira única e benéficamente, ajudando a diminuir os desequilíbrios existentes, resultado da interferência direta e indireta do homem na natureza (Campanhola & Valarini, 2001).

A variável umidade, qualidade do solo e o equilíbrio encontrado no ambiente, serão analisadas em potencial, como fatores de extrema importância à permanência desses micro-

organismos, bem como a sua utilização para proteger e preservar o solo. Dessa maneira, enfatiza-se como uma das principais práticas de utilização nos cultivos orgânicos, a disponibilização e conservação/preservação de micro-organismos naturais do solo, onde as condições naturais das transformações biológicas sejam garantidas (Moraes e Jordão, 2002, p. 372).

Neste sentido, qualquer utilização de “suplementos” que sejam recursos minerais não renováveis e/ou compostos sintéticos não será compatível com esse sistema, já que apontará uma intervenção nas características naturais do solo, implicando diretamente na fisiologia das plantas e dos animais que realizam o ciclo simbiótico e, conseqüentemente, no ambiente como um todo. O homem, assim como todas as outras espécies dependem de insumos providos do meio ambiente, direta ou indiretamente, para que haja permanência de suas espécies no planeta. Para tanto, é preciso identificar meios que prezem o desenvolvimento das espécies de modo interativo e benéfico mutuamente.

É de suma importância entender o comportamento da humanidade perante aos desafios encontrados para suprir a crescente demanda por alimentos, conseqüentemente, levando à maior utilização do solo, dando espaço a novos meios de produção agrícola. A maneira encontrada para garantir que a demanda possa ser suprida, refere-se à utilização de meio produtivos que serão questionados ao longo deste estudo.

Como grande exemplo, e talvez ponto principal dessa discussão, é a utilização de agroquímicos e monoculturas de grande escala, cujas questões relativas à produção se utilizam dos agroquímicos, chamados agrotóxicos, que acarretam em malefícios, diretos e indiretos aos envolvidos em toda a sua cadeia de existência, desde a sua aplicação, atingindo a saúde do trabalhador rural, bem como, de outros seres vivos presentes no ecossistema até o consumidor final (PIGNATI e PERES, 2011, p. 176-182).

Um dos grandes motivos para a escolha do cultivo em monoculturas é sua base com ênfase na otimização dos fatores produtivos, de modo a reduzir a diversidade desses fatores, relacionando a mecanização ao preparo do solo, específico para apenas uma cultura, cultivo em linhas com espaçamentos padrões, manejo utilizando agroquímicos, e uma colheita também mecanizada. Sobre a agricultura tradicional adotada no território nacional, Gliessman explica:

A monocultura é uma excrescência natural de uma abordagem industrial da agricultura, em que os insumos de mão de obra são minimizados e os insumos baseados em tecnologia são maximizados com vistas a aumentar a eficiência produtiva. As técnicas de monocultivo casam-se bem com outras práticas da agricultura moderna: a monocultura tende a favorecer o cultivo intensivo do solo, a aplicação de fertilizantes inorgânicos, a irrigação, o controle químico de pragas e as variedades especializadas de plantas. A relação com os agrotóxicos é particularmente forte; vastos cultivos da mesma planta são mais suscetíveis a ataques devastadores de pragas específicas e requerem proteção química (GLIESSMAN, S. R. Agro ecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2000, p. 35)

Além dos malefícios provenientes do uso regulamentado desses agroquímicos, que já são conhecidos, o Brasil em especial, ainda incorre com o abuso dessas substâncias na agricultura. Em 2009, o Brasil liderou o ranking mundial do consumo de agrotóxicos, mesmo não sendo o maior produtor agrícola do mundo (Bombardi, 2011). Neste aspecto, a agricultura convencional comercial gera agravantes à toda natureza, primeiramente, danificando as qualidades do solo e posteriormente a saúde do consumidor final.

A persistência do uso exacerbado de agroquímicos ainda é vista como imprescindível e parte corriqueira ao processo produtivo partindo do pressuposto de que não é possível concatenar as normas políticas em prol de um interesse geral junto às normas mercantis, que tem por defender a tese sobressalente nas práticas das políticas do agronegócio, sem se desvincular do sentido técnico de política agrária geral (Relatório de Direitos Humanos, 2011, p.65).

Alguns estudiosos e pesquisadores da área agrícola e ambiental, apontam sobre a importância de se adequar algum método produtivo agrícola que ajude a preservar o solo, bem como os demais fatores primários diretamente relacionados a produção (trabalhadores rurais, solo, animais, etc), que de maneira mútua consiga trazer benefícios, no curto e no longo prazo, para o ecossistema em que será aplicado, além de oferecer alimentos de melhor qualidade, resguardando a saúde do consumidor e do trabalhador rural (A.TYGEL, 2012, p.63-65).

Contudo, a ideia de uma alimentação a partir de produtos orgânicos ainda é prematura e pouco difundida em âmbito nacional apesar de promissora, pois a demanda tem crescido em prol da saúde e do bem estar. Mesmo assim, observa-se um aumento tênue na procura por alimentos orgânicos assim conforme expõe pesquisa realizada com os supermercadistas, que

citam que há aumento do interesse, tanto por parte dos consumidores como por parte dos distribuidores de alimentos. (FLEURY e LIMA; 2005).

Nesta ótica é preciso entender também, qual é o principal fator responsável pela motivação necessária para que o consumidor busque por alimentos orgânicos. Para Cerveira & Castro (1999): “o motivo determinante das opções dos consumidores que estão reorientando seu consumo para os produtos orgânicos não é, primordialmente, a preocupação com a preservação do meio ambiente, que aparece apenas em quinto lugar, mas sim a atenção com a saúde”. A partir dessa visão, observa-se que o consumidor em sua maioria, tende a sensibilizar-se primeiramente com a sua saúde.

Além das vantagens ao consumidor, deve-se buscar por desvantagens na produção de alimentos orgânicos que atraiam o produtor rural. Para Campanhola & Valarini (2001), os pequenos agricultores incorrem com as seguintes facilidades ao adotar um sistema orgânico de produção rural conforme o quadro 1 apresenta pontuando por prioridade do novo sistema:

Quadro 1 - Vantagens para adoção do meio de cultivo orgânico

1. Viável para pequenas áreas de produção
2. Fácil controle e manuseio
3. Favorece a diversificação da produção
4. Aumenta os níveis de emprego
5. Menor dependência de insumos externos
6. Eliminação do uso de agrotóxicos
7. Conserva maior biodiversidade do solo
8. Maior valor comercial no mercado
9. Maior vida útil dos produtos
10. Fácil adoção para os agricultores que não detém tecnologias da agricultura moderna

Fonte: Adaptado de Campanhola C.& Valarini P.J , 2001.

Em contrapartida, apesar das vantagens apresentadas acima, os agricultores orgânicos podem incorrer em algumas dificuldades mediante adoção desse sistema produtivo. Como também ressaltam Campanhoça & Valarini (2001):

Quadro 2 - Dificuldades na adoção do meio de cultivo orgânico

Dificuldades na adoção do meio de cultivo orgânico	
1.	Produção em pequena escala
2.	Instabilidade decorrente da baixa capacitação do seguimento
3.	Poucas linhas de pesquisa sobre o seguimento
4.	Pouca assistência das camadas públicas
5.	Maior necessidade de mão-de-obra
6.	Alto custo de conversão da agricultura tradicional ou moderna para orgânica
7.	Custo para certificação dos produtos de origem orgânica

Fonte: Adaptado de Campanhola C.& Valarini P.J., 2001

Finaliza-se então, que, de fato, são muitas as vantagens, apresentando-se atrativas em diversos níveis, entretanto, apesar desse grande número de pontos favoráveis à adoção da agricultura orgânica, o produtor tem grandes desafios no que tange incentivos, insumos, capacitação no seguimento, além da falta de pesquisas para se embasarem.

2.2.1 Agroecologia em paralelo à agricultura orgânica

Muitos são os conceitos que pregam uma atividade primária de produção de alimentos não usando agroquímicos. Contudo, neste trabalho, objetivou-se tangenciar, não somente a Agricultura Orgânica, de fato, mas também a Agroecologia.

A agroecologia prega princípios produtivos sem que haja degradação do meio em que se exercem as produções agrícolas e pecuárias e a desnecessidade de insumos externos para equilíbrio do solo e manutenção da biodiversidade local. Tal sistema de produção define novos métodos que apontam para uma forma alternativa à agricultura e seus meios de produção convencionais, abrangendo conhecimentos científicos, técnicos e práticos, respeitando o princípio de produção ecologicamente sustentável, no campo (Leff, E.; 2002).

A agroecologia também compreende uma grande diversidade de elementos e variáveis. De modo sintético, pode ser entendida como “uma visão participativa e horizontal da educação, passando pela construção de relações de cooperação, solidariedade, organicidade

e amor dos seres humanos entre si e com a natureza” (Correa Neto, Maranhão Messerschmidt, Steenbock, & Facina Monnerat, 2016, pp. 176,175). De modo que, quanto mais consolidadas forem as interações familiares e locais, melhores serão dispostos a divisão dos trabalhos, acerca de produção, manejo e integralização da produção.

O contexto social acerca das práticas agroecológicas é muito bem delineado e relacionado às práticas da agricultura familiar. As interações sociais bem sucedidas são fundamentais para que o produtor possa ter sucesso e progredir na prática agroecológica, assim como no âmbito econômico e ecológico. A agroecologia traduz um sistema produtivo essencialmente diversificado. Permeando as visões econômica e social, o uso de uma zona agroflorestanda respeitará a diversidade e costumes da produção local, objetivando uma área produtiva que contemple culturas próprias do bioma e região, beneficiando seu meio rural e entornos, além do aumento de sua diversidade também acerca da fauna e da flora (Assumpção, 2002).

Algumas diferenças específicas entre o modelo de produção orgânica e agroecológica são relevantes para o entendimento da aplicabilidade de cada modelo. Em agroecologia, em si, é promovida por sistemas de garantia de participação e vendas diretas, a partir do controle de representantes sociais, ao passo que a agricultura orgânica exprime a exigência da certificação através de auditorias, conseqüentemente apontado para um mercado mais específico promovendo aumento do valor agregado dos produtos (BELLON, S. et al., 2011).

Outra diferença apontada entre os conceitos da agroecologia e agricultura orgânica é o direcionamento produtivo, o qual, respectivamente, é orientado para a complementação da produção, junto a diversidade de produtores (aumentando a oferta de produtos) e também direcionado à soberania alimentar, ao passo que o segundo fundamenta-se propriamente no sistema de produção junto sua cadeia de valores, contemplando os processos, desde os produtores e consumidores, até os certificadores (BELLON, S. et al., 2011).

Os modelos de produção orgânica e agroecológica podem ser dos mais diversos, com infinitas possibilidades de estruturação e manejo, de modo que, todos eles estão fundamentados em três pilares básicos, que compreendem o contexto econômico, ecológico e social.

2.3 Gestão pública municipal e políticas públicas

A Administração ou Gestão Pública é o contíguo de serviços e entidades competidos de consolidar as atividades administrativas no âmbito dos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. “A expressão administração pública designa o conjunto das atividades diretamente destinadas à execução das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou numa organização estatal” (BOBBIO, 1998, p.10, apud TENÓRIO e SARAIVA, 2006, p. 107).

Santos (2006) complementa o conceito como o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo. Reitera Coelho (2009) informando que para ocorrer a realização dos objetivos, algumas ações são realizadas por meio de seu conjunto de órgãos, serviços e agentes públicos que são regidos por legislação específica para a área pública.

Com a Constituição de 1988, diante dos ideais de cidadania e participação social que efervesciam na época, a “Constituição Cidadã” promoveu mudanças no federalismo brasileiro, com incentivo à descentralização do poder para o nível local. Os municípios foram fortalecidos, como unidade subnacional – anteriormente o pacto federativo distinguia-se apenas a união e os estados, que eram conferidas competências e autonomia. A partir de 1988, os municípios assumem um papel de protagonismo na ação governamental e da execução de políticas públicas, principalmente pela justaposição com a sociedade para o exercício da cidadania e a garantia dos direitos do cidadão (PEIXOTO, 2016).

Anteriormente a compreensão de gestão municipal era limitada devido à sua subordinação a União, já após a década de 80 tomou forma autônoma e coesa simultaneamente, assumindo o papel na provisão de bens e serviços públicos, o papel que legalmente era assumido pelos governos estaduais e federal. Consegue-se em primeiro momento, entender a Gestão Municipal a partir do seu conceito mais amplo referente à “Gestão Pública”, que pode ser expressa através das práticas fundamentadas nas competências legais a fim de gerir uma fração do patrimônio público, com responsabilidade pertinente à determinada unidade (BRASIL, 2009).

A relevância da Gestão Municipal reflete a própria Gestão pública com reduzido número de complexidades, devido sua abrangência, e maior proximidade às demandas necessárias dos habitantes, quando se comparado a uma Gestão Pública Federal. Ampliando seu conceito em suas especificidades, podem ainda ser entendidas como entidades que possuem necessidade de serem supervisionadas, ou outras situações que justifiquem a

adequação de uma administração distinta, em que haja a presença de um Gestor Público encarregado de planejar, promover processos de deliberação, dispor ações e qualificar programas e políticas públicas pertinentes às organizações de caráter estatal e não estatal, podendo estas serem nacionais ou não. Ainda compete ao Gestor Público, em caráter geral, administrar insumos para o desenvolvimento local, assim como negócios pertinentes à Gestão Pública, bens físicos ou serviços, relativos ao Patrimônio Público (BRASIL, 2009).

“Os municípios brasileiros assumiram uma posição de destaque no cenário político do país, e vêm se tornando um tema central na formulação e na execução das políticas públicas brasileiras. Tornaram-se autônomos, assumindo em alguns casos o protagonismo na vida pública, o que lhes dá importante papel na provisão de bens e serviços públicos, ora com a devida compensação financeira pelos níveis superiores de governo ou, então, simplesmente, assumindo o papel que legalmente deveria ser assumido pelos governos estaduais e federal.” (PEIXOTO,2016)

Junto à gestão municipal estão as políticas públicas que, direta ou indiretamente, visam garantir os interesses públicos acerca do direito à cidadania. Basicamente as políticas públicas podem ser promovidas por instrumentos de planejamento, execução, controle e avaliação, integrados entre si, e sendo esses componentes: planos, programas, projetos, ações e atividades por ordem da sua compleição e grandeza. As políticas públicas ainda podem ser caracterizadas como diretrizes que irão dar rumo às ações do poder público, definindo regras e procedimentos para regulamentar a relação Estado-Sociedade, postando-se como fator mediador dessa relação (TEIXEIRA, 2002).

Em relação à gestão dos municípios, integrada às políticas públicas, sempre terá grande influência sobre as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico de seus habitantes, sendo essa uma atividade da administração pública que deve ter grande atenção, sobretudo, no que tange incentivos que proporcionam tal desenvolvimento.

As políticas públicas expressam, desde o início do seu processo de fomentação à prática e, juntamente em seus resultados, maneiras para exercício do poder político, envolvendo: o dimensionamento e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos decisórios, a repartição dos gastos e benefícios sociais. Como o poder deve ser uma relação social, já que envolve prestadores do serviço público e beneficiados, com projetos e interesses distintos e até divergentes, há necessidade de adequar mediações no caráter social e

institucional, de modo que consiga obter um mínimo de convergência entre as partes, dessa forma as políticas públicas podem ser legitimadas e alcançar a eficácia desejada (TEIXEIRA, 2002 p.57).

A integração existente na estrutura das políticas públicas é resultante de atividades políticas que desenvolvem um processo político que cita as decisões a serem tomadas, especialmente o comportamento dos diversos atores envolvidos em cada etapa sequencial e interativa do Ciclo das Políticas (RUA,2009).

Questiona-se, então, se há meios para que haja desenvolvimento significativo baseando-se em novos e potenciais sistemas produtivos, que prezem pelo bem-estar do ecossistema e pela saúde do consumidor, traduzindo um benefício entre sociedade, meio ambientes e economia, embora, algumas vezes são geradas incompatibilidades envolvendo as intervenções e manifestações de vontade ou o conjunto das interfaces relacionadas desde ao ambiente à saúde da demanda com ações que na gestão pública são de fato realizadas. Consideramos também que nem tudo é possível conforme o desejado, por um lado, o que não é feito, ou seja, as omissões, como formas de manifestação de políticas representam alternativas e orientações dos ocupantes dos cargos públicos responsáveis.

A administração pública deve ter como suas competências, a execução do poder de polícia, bem como o de justiça, a fim de garantir, também, a manutenção do equilíbrio ambiental. A partir desses, é importante observar como se organiza o aparelho administrativo do Estado, no que tange o correto exercício desse dever. (COSTA, 2010, p. 18-23).

Para tal, sustentar e garantir as necessidades fisiológicas do coletivo sem que interfira de forma negativa na estabilidade do ambiente em questão, somente priorizando os insumos básicos a partir da natureza em que suprem nossas exigências quanto à demanda e necessidades gerais da sociedade como um todo. (MACHADO. 2009;)

2.4 Perspectivas de Sustentabilidade e desenvolvimento municipal

A discussão do tema ocorre mediante ao processo de reflexão acerca das práticas produtivas tradicionais executadas hoje, dando início a um pensamento crítico, já que, levando em consideração toda complexidade ambiental, algumas dessas práticas usuais podem ser aprimoradas, ou até mesmo substituídas, para seja possível adequar uma nova racionalidade ao espaço, onde se articulam natureza, técnica e cultura. Dessa maneira, dá-se rumo ao conceito de sustentabilidade. A necessidade de discussão sobre as perspectivas de sustentabilidade vem se tornando cada vez mais relevante a medida que as práticas humanas tem interferido, de maneira contínua e desregulamentada, no meio ambiente.

Ao longo da história da existência dos seres humanos, percebe-se que suas atitudes comportamentais, a medida com que foram se expandindo suas práticas de dominação sobre os sistemas, fomentaram uma tendência que vai contra a manutenção do equilíbrio ambiental, incorrendo em gastos exacerbados de energia provenientes de várias fontes e a desestabilização dos fatores de equilíbrio em prol do aumento populacional, destoando da capacidade de tolerância da natureza, bem como das suas exigências particulares (MORAES & JORDÃO; 2002).

Falar em sustentabilidade é relacionar a priori, sobre as atividades do homem que, quando realizadas, reduzem ou excluem os danos causados ao meio ambiente e a natureza de modo geral. A sustentabilidade, irá se constituir a partir de um conceito dinâmico, que tem como base as necessidades progressivas da sociedade como um todo, em um contexto internacional que está em constante expansão (SACHS, 1990:p,235-236).

Para o autor, a sustentabilidade deve basear-se em 5 principais categorias que são: sustentabilidade social, cultural, ecológica, ambiental e econômica. A sustentabilidade social está associada à estabilidade no padrão de crescimento, veículo para melhor distribuição de renda, apoiando-se na ideia da redução das diferenças em termos de classes sociais. A sustentabilidade econômica vincula-se ao “fluxo constante de inversões públicas e privadas”, bem como, trata-se também, do dimensionamento e correta administração dos recursos naturais disponíveis. A abrangência da sustentabilidade ecológica, está associada a utilização otimizada dos recursos presentes no ambiente com mínima, ou nula, deterioração ambiental.

A sustentabilidade geográfica está relacionada à distribuição populacional no mundo, que se dá pela concentração exacerbada em algumas regiões e déficit populacional em outras, sendo “necessário buscar uma configuração rural urbana mais equilibrada”. A

sustentabilidade de cultura, que busca por mudanças em algumas relações entre homem-natureza, que se mantenha em harmonia com as práticas culturais correspondentes (SACHS, 1990:235-236).

Quanto a sustentabilidade ambiental tem como base permitir que ecossistemas naturais sejam capazes de se auto suprir, ou seja, demanda e oferta recursos de acordo com suas necessidades naturais. Temos também a sustentabilidade territorial, que tem como ênfase à exclusão das "disparidades inter-regionais", o dimensionamento igualitário de aplicação dos recursos públicos, e a "conservação da biodiversidade pelo eco desenvolvimento" (SACHS, 1990:235-236).

A sustentabilidade pertinente às políticas nacionais apontaria para um "nível razoável de coesão social", além de democracia, de modo que o Estado seja capaz institucionalmente de "implementar o projeto nacional". Para as políticas internacionais de sustentabilidade, seria a garantia de paz, obtida através do fortalecimento da Organização das Nações Unidas, com um melhor controle do sistema financeiro internacional, consistente cooperação científica entre nações, e redução das divergências sociais em um âmbito mundial (SACHS, 2000:86-88).

Perpassando através dos conceitos mais específicos de sustentabilidade, questiona-se o que é tácito para o cotidiano da sociedade, assim como sobre a sua usabilidade no âmbito nacional e internacional. Entretanto, práticas sustentáveis podem ir além de somente beneficiar o meio ambiente e a natureza. Quando determinada atividade for sustentável, agregando benefícios ao ecossistema, e ainda sim torna-se mutuamente sustentável aos agentes envolvidos, podemos considerar essa uma prática sócio sustentável, como cita Romeiro: "(...) o desenvolvimento para ser sustentável, deve ser não apenas economicamente eficiente, mas também ecologicamente prudente e socialmente desejável" (ROMEIRO, 1998:248).

Dessa maneira, não podemos apenas falar em sustentabilidade sem que haja um paralelo ao desenvolvimento (econômico, social, já que a sociedade atual está pautada nas regras do capitalismo, geração de lucro e valor). Para que haja viabilidade em adotar sistemas produtivos de caráter sustentável, os mesmos devem apontar para o crescimento/desenvolvimento dos setores relacionados.

Para Bellen (2007, p.23) "o conceito de desenvolvimento sustentável provém de um (...) processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade civil e seu meio natural. Por se tratar de um processo contínuo e complexo, observa-se hoje que existe

uma variedade de abordagens que procura explicar o conceito”, dessa forma, aponta-se uma variedade que pode ser ressaltada pelo grande número de definições existentes.

Apesar de que o conceito de desenvolvimento sustentável ainda esteja em construção, e aparentemente ainda apresente uma ideia prematura, a Comissão Mundial Para O Meio Ambiente e Desenvolvimento, propõe que o desenvolvimento sustentável irá atuar no atendimento das necessidades que se apresentam agora, ou seja, no presente, tanto no âmbito social, como ecológico e econômico, sem que haja o comprometimento da capacidade em atender as demandas necessárias das futuras gerações.

O desenvolvimento em molde sustentável, não é tão simples quanto parece, aliás, é o grande gargalo na maioria dos municípios brasileiros, haja vista, a necessidade do comprometimento em atender as demandas e suas interfaces. Para isso, deve-se transcorrer por um processo de unificação entre – Integração econômica sustentável, interpretação e preservação ambientais somados ao bem estar à população. Ao buscar este modelo para o desenvolvimento e crescimento do município, é imperativo identificar a realidade local a partir dos seus problemas e a partir destes, formular ações integrando os atores sociais e as condições dadas para que sejam modificadas em prol de melhorias de vida e inevitavelmente, buscar a preservação ambiental como bem maior a manutenção da vida.

3. METODOLOGIA

3.1 Caracterização do Estudo

Conforme objetivo citado anteriormente, o presente estudo tem por objetivo geral, analisar a viabilidade da produção de agricultura orgânica de pequeno porte como instrumento de sustentabilidade socioambiental e econômica ao produtor e à gestão municipal, considerando a escassez de estudos no município Santa Bárbara de Monte Verde em Minas gerais. O estudo é delineado através do método científico dedutivo, pois segundo Gil (2008), tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas. O autor aponta que por interferência de uma cadeia de entendimento em ordem descendente, de análise do geral para o particular, acercar-se a uma conclusão. Assim, é realizada uma construção racionalizada de pensamentos para fundamentar uma conclusão, a partir das premissas obtidas durante a pesquisa, especialmente a de campo.

A pesquisa apresenta cunho qualitativo e descritivo, objetivando-se pela busca de dados e informações pertinentes de modo mais específico, perpassando por variáveis de caracteres distintos, porém complementares. Uma pesquisa qualitativa tem como objetivo a absorção de dados descritivos no que tange pessoas, lugares e processos mediante a exposição direta do pesquisador com o cenário de estudo, possibilitando atingir mais ampla compreensão do ambiente a fim de maior integração dos referenciais teóricos e das evidências empíricas (GODOY, 1995).

Os autores Fraser e Gondim (2004) complementam a definição da abordagem qualitativa, observando a maior originalidade para as ciências sociais, quando comparamos a uma abordagem quantitativa, já que possibilita obter-se conhecimento das razões e motivos que estimulam as pretensões, às crenças, valores e, propriamente, as ações dos indivíduos emergidos na sociedade, de modo que os fatos sejam compreendidos e estudados de maneira analítica.

Segundo Minayo, a chamada forma qualitativa de levantamento de dados pode ser: “[...] aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas”.

É considerada uma pesquisa descritiva, uma vez que expõe características de determinado fenômeno, apresenta percepções e registra fatos. É explicativa porque esclarece

quais fatores contribuem para a ocorrência de determinado fenômeno, pois a pesquisa aponta as possibilidades e limitações da utilização de ferramentas dos novos meios de produção orgânica e gestão municipal. Logo, Gil (2008) aponta como limitação ao método utilizado que há certa dificuldade em afirmar que os argumentos gerais descritos na pesquisa constituem uma conclusão universal, cuja veracidade não possa ser colocada em dúvida.

O município escolhido para o estudo proposto é Santa Barbara do Monte Verde situado no Estado de Minas Gerais conforme figura 1 apresenta a sua localização.

Figura 1 – Localização do Município Santa Bárbara do Monte Verde



Fonte: Google Maps (2018)

3.2 Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada em sua maioria, através da observação direta dos meios produtivos do meio rural pelo convívio no município e suas formas de interação com a sociedade, inseridos na região de Santa Barbara do Monte Verde – MG. A observação direta é interessante já que permite que o pesquisador tenha uma experiência direta com a situação de estudo, imergindo na realidade que deseja estudar, assim como entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado (Gil A. C.; 2002).

Realiza-se em outra etapa para aquisição dos dados que respondam aos objetivos propostos, o modelo de interação dialógica guiada por entrevista informal, como cita Fraser e Gondim (2004), a entrevista é um método que leva à interação social, contemplando a comunicação direta mediante a utilização das palavras, de símbolos e signos privilegiados das

formas de relacionamento humano que dão margem aos atores sociais para determinar e interpretar o contexto. Para muitos autores, a proximidade ao objeto de estudo se torna interessante quando o pesquisador consegue utilizar a sua sensibilidade perceptiva para aferir conhecimento na relação pessoal entre entrevistador e entrevistado.

A escolha se deu por uma amostragem não probabilística por conveniência, em que a população pesquisada legitime os resultados, por referência dos entrevistados: o meio de ocupação e a sua participação na comunidade, conforme apresentada na Figura 2 abaixo. Na amostra sendo os entrevistados considerados os mais acessíveis e aptos a contribuir para o esgotamento dos problemas de pesquisa, mediante sua colaboração e fornecimento dos dados que foram observados de extrema relevância à pesquisa.

Figura 2 – Amostra não probabilística por conveniência

REPRESENTANTES PÚBLICOS	PREFEITO (2017/2020)
	TÉCNICO DA EMATER DO MUNICÍPIO
PRODUTORES LOCAIS	DONA MARIA
	JOÃO "QUINCA"
EMPREENDEDORES INICIANTEs	SENHOR GERALDO
	DRICA "SOL"

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Na comunicação dialógica, ocorre de forma em que haja relação entre o problema de pesquisa, expresso através do esgotamento das dúvidas do pesquisador, e ao exposto pelos emissores em consonância, de forma a compreender o sentido por trás das significações intrínsecas no exposto de acordo com as dimensões tratadas e atores. Dessa forma, o estudo consegue se complementar de maneira mais ampla, facilitado por ambas formas de obtenção de dados, abrangendo uma maior complexidade de variáveis, permitindo melhor síntese das ocorrências a partir dos dados obtidos no cenário em questão.

3.3 Limitações de Pesquisa

A limitação observada na realização da pesquisa é que não houve acessibilidade a algumas informações buscadas no processo da interação dialógica por desconhecimento da maioria dos entrevistados sobre a matéria, ou seja, a respeito dos significados da agricultura

orgânica, agroecológica e questões ambientais em geral, especialmente em relação aos impactos negativos ao meio ambiente e conseqüentemente, a população municipal. Possivelmente as respostas seriam mais abrangentes se partisse da premissa dos males causados pela agricultura convencional. o receio em respostas seria menor. Perceberam-se dificuldades no contato com gestores locais devido à indisponibilidade de tempo dos mesmos para a realização da interação dialógica e ausência de retorno às tentativas de contato.

3.4 Análise dos dados

Para a confecção da pesquisa, os dados foram levantados e analisados de maneira objetiva através da técnica de análise de conteúdo que, segundo definição de Bardin (1979, apud GODOY, 1995), caracteriza um conjunto de linhas de análise das comunicações com foco em obter indicadores que levem a deduções mais precisas sobre os conhecimentos.

Para efeito deste estudo, todas as mensagens de entrevistas informais realizadas, sem formulação de perguntas previamente constituídas, espontaneamente surgem pelos diálogos entre o pesquisador e os atores sociais, participantes diretos das atividades agrícolas no município, em que as respostas para atender os objetivos neste estudo foram anotadas e lidas na íntegra e posteriormente analisadas, segundo os pressupostos da Análise da Conteúdo, por considerar a adequação das pressuposições dessa metodologia para a investigação do fenômeno da intercogição, segundo a ótica adotada no estudo.

Este método de análise permite que o pesquisador seja levado à compreensão das peculiaridades, forma ou modelos que compõem as facetas dos depoimentos, com expressiva consideração dos detalhes e suas convergências, ou divergências, a partir de pontos comuns. O esforço do pesquisador pode ser considerado a partir de duas perspectivas, sendo, a primeira, entender o sentido das interações, se posicionando como um receptor normal, e segundo, de forma complementar, tenta contemplar outros significados intrínsecos aos depoimentos e suas significações (BARDIN, 2011).

Esse método é dividido em três partes. A primeira, chamada pré-análise, resume-se na parte de organização, através de uma leitura inicial, a qual identificará um desenho de trabalho, com procedimentos bem delineados, mas flexíveis, assim como a formulação de finalidades e síntese de indicadores para auxílio de interpretação (BARDIN, 2011).. Os indicadores utilizados foram as dimensões ambientais, sociais e econômicas.

A segunda parte, marcada pela exploração dos dados, são selecionadas os parâmetros de codificação, a partir da escolha de unidades de registro, compreendendo as regras de

contagem, como enumeração, escolha de categorias e suas classificações, neste caso, as variáveis condutoras da análise foram com base: agricultura orgânica ou agroecológica, empreendedorismo, gestão municipal e sustentabilidade. É importante agrupa-las através do sentido das palavras e expressões que denotem alterações e interpretações que marquem quaisquer padrões de contentamento, descontentamento, indiferença ou neutralidade, por exemplo.

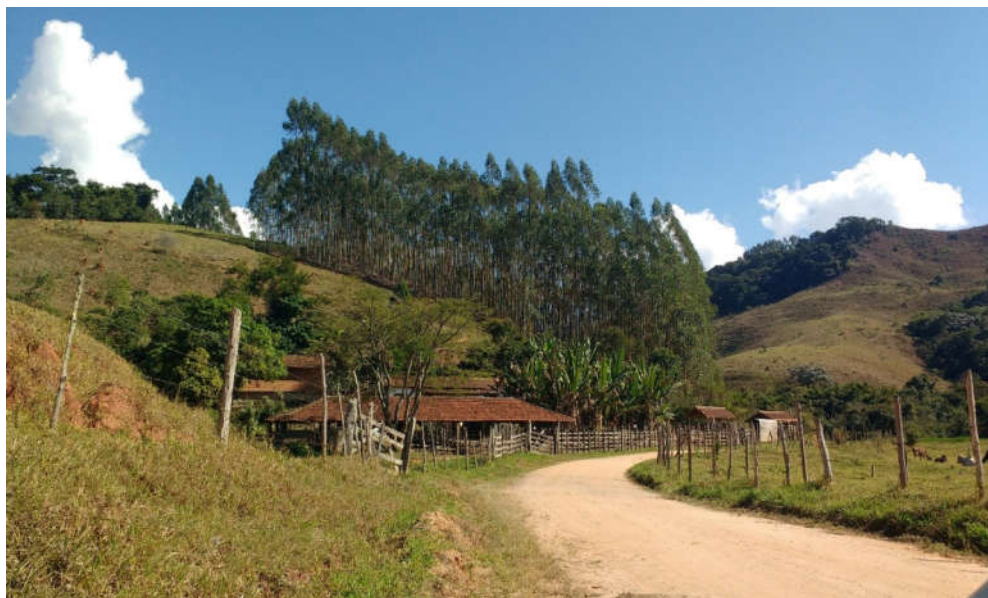
A terceira e última parte da análise do conteúdo, se dá pela análise dos resultados através da inferência e interpretação, perpassando pelos resultados mais evidentes, a avaliação irá buscar torná-los significativos, junto ao objeto de pesquisa, e válidos, a partir das convergências, divergências e pontos peculiares do material coletado. A busca se deu sempre pelos significados que se encontram além dos sentidos superficiais de percepção, como referência utilizada à análise final, a comunhão entre a percepção, os relatos e constatação local por meio de visitas ao campo e revisão literária.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES:

De acordo com as análises estabelecidas, a partir das interações, das observações e imersão no meio e das convergências bibliográficas, os aspectos percebidos perpassam por diversas óticas que ajudam a entender de forma mais completa a potencialidade e a viabilidade de inserção de novo método produtivo de caráter orgânico.

No município em estudo, as atividades produtivas se encontram estagnadas e inflexibilizadas acerca das ofertas dos produtos, resumindo-se na extração do leite, criação de gado, aves e suínos para abate e a monocultura de eucaliptos, para fins de carvoaria, indústria moveleira e estacas de cerca. Como exemplo tomado em campo (figura 3), o curral de pequeno porte de uma propriedade com atividades produtivas convencionais, baseadas na criação de gado de leite, em que se observa o contraste ao fundo, touceiras de bananeiras para consumo próprio e simultaneamente, o aproveitamento do morro para eucaliptos em monocultivo, o que representa grande parte dos proprietários e seus empreendimentos.

Figura 3 – Criação de gado de leite de pequeno produtor



Fonte: dados da pesquisa em campo (2018)

No entanto, apesar de apresentar forte cultura das produções convencionais na maioria dos produtores, o município carece no abastecimento local de alimentos, recorrendo

geralmente a fornecedores externos, o que aponta uma oportunidade para novos produtores, tanto no abastecimento local como regional.

Ressalta-se que o empreendimento da produção orgânica aparentemente tem trazido aos produtores locais, ainda que sejam expressivamente modestos, expressivas vantagens não só para o produtor, mas também, para a Gestão Municipal, de modo que incide positivamente nos índices de ocupação da população, com o aumento dos empregos, melhor distribuição de renda, tanto no aspecto da agricultura familiar como no beneficiamento dos facilitadores, além de aumentar a visibilidade do município através da diversificação produtiva.

A agricultura orgânica ou agroecológica, não só como modelo produtivo, haja vista que pode proporcionar benefícios ao meio ambiente, como um todo, graças às práticas próprias que excluem o uso de corretivos e defensivos químicos, resultando em menores custos operacionais, já que são utilizadas técnicas de controle natural de agentes patogênicos, sendo os insumos captados de maneira natural, provindos da própria propriedade, e até mesmo do espaço produtivo. Outro aspecto positivo observável, intrínseco ao modelo em questão, é o aumento da biodiversidade do local, tanto flora quanto fauna, assim como no microambiente do solo, ocasionando em maior fertilidade e, conseqüentemente, maior produtividade.

Ficam evidentes, os diversos aspectos vantajosos, entretanto, é preciso que se trabalhem as relações entre a gestão pública municipal e a comunidade, ainda desarticuladas. De modo que as demandas por subsídios direcionadas para o plantio de alimentos seja percebida pela gestão do município e, por fim, consiga delinear estratégias para atender aos produtores orgânicos. Contudo, sabe-se que há políticas de auxílio para estes produtores, sendo pouco divulgadas e que poderiam ser adaptadas para um foco produtivo diferente, com uso de maquinários e horas-de-operador, que atualmente, já são disponibilizadas para gradeamento e aração de terrenos com fins para plantio de pastagens.

Mas, ainda alguns desafios desmotivam parte dos produtores para aderir a novos modelos e diversificar suas produções e precisam ser ultrapassados. Como exemplo recorrente, a facilidade de escoamento das produções convencionais acaba por colocar os produtores em uma zona de conforto, já que a captação do que foi produzido, ocorre na propriedade realizada por terceiros de caráter privado.

Fica claro que a logística de escoamento dos produtos em foco, especialmente, os que apresentam perecibilidade, ou seja, sensível ao tempo e condições de armazenamento, deve ser ainda definida, antes que os produtores se arrisquem a produzir para conseguir atingir o mercado em questão com êxito, ofertando produtos frescos e de bom valor de mercado.

Assim como o problema de escoamento, outros pontos foram levantados para melhor compreensão acerca do cenário atual da região. Por isso, o estudo focou em sintetizar as principais limitações e possibilidades, de modo que possam reduzir a gama de avaliação do cenário em que se encontra o município, podendo exaltar de forma específica e convergente, diversas variáveis e peculiaridades que transitam por trás dos interesses e dificuldades comuns dos produtores, assim como, da capacidade gestora por parte da administração pública responsável. Os aspectos principais identificados através das interações dialógicas, que contemplam ou dificultam a implantação do modelo produtivo orgânico, estão expressos no quadro abaixo:

Quadro 3 – Possibilidades e Limitações para implantação da produção orgânica.

Limitações	Possibilidades
Comodidade devido à facilitação externa, por empresas privadas, de escoamento das produções atuais dos modelos convencionais	Inserção de produções alternativas e pioneiras para a região
Carência das políticas públicas voltadas para a produção de alimentos orgânicos ou de caráter agroecológico	Reutilização de subsídios já oferecidos pela prefeitura com foco em preparo da terra para plantio direcionado à agricultura orgânica
Forte cultura de permanência dos modelos produtivos convencionais	Abastecimento do mercado interno do município assim como dos municípios próximos da região
Falta de integração entre os produtores para reivindicarem soluções de diversificação e redução de dependência externa ao município	Aumento da renda familiar possibilitado pela diversificação produtiva
Necessidade de aprimoramento técnico e científico sobre o funcionamento e manejo dos modelos de produção orgânico e alternativos	Redução de custos de subsistência alimentar e melhoria na alimentação e saúde dos beneficiados com o cultivo orgânico

Fonte: Dados obtidos em campo (2018)

Junto às interações dialógicas realizadas com os atores sociais, adverte-se que as limitações encontradas são pontos para aprofundar o conhecimento dos moldes socioeconômicos instaurados na região, de modo que estes podem abranger outros aspectos que levem a compreender melhor os desafios para a progressão no sistema de produção orgânico, assim como as variáveis que possam trabalhar positivamente para este fim.

Os problemas não são totalmente solucionados a curto prazo, haja vista a necessidade de que haja complementação holística no enfrentamento dos desafios, relacionando a comunidade ao município, existindo o beneficiamento mútuo entre economia e bem estar social, facilitando a instauração e permanência das novas práticas sustentáveis.

Abaixo no Quadro 4, algumas soluções foram destacadas como pontos principais que convergem à perspectiva dos interessados, para que se possa superar os desafios encontrados.

Quadro 4 – Soluções comunitárias e de gestão pública.

Dimensões principais da gestão	Soluções comunitárias	Soluções de gestão pública
Integração	Promover de encontros para troca de saberes e planejamento estratégico em conjunto	Designar funcionário responsável para cadastro de interessados, acompanhamento, organização e divulgação dos encontros;
Capacitação	Troca cultural de saberes e técnicas	Promover feiras, vivências e cursos diversos abrangendo as necessidades dos produtores
Cultura	Buscar exemplos de produções alternativas na região	Promover e exaltar casos de sucesso de produções não convencionais da região
Mercado	Criar rede de cooperação para venda e troca de produtos	Promover feiras e facilitar a captação e escoamento dos produtos para a região e adjacências
Tecnologia	Disseminar projetos ou ideias de tecnologias de facilitação de processos e práticas	Subsidiar maquinário agrícola para trabalho primário da terra
Mão-de-obra	Criar grupo de mutirões cíclicos para implantação dos modelos	Designar funcionário capacitado para gerir e instruir a força tarefa dos mutirões

Fonte: Dados da pesquisa em campo (2018)

Partindo desses princípios, as interações entre comunidade e gestão municipal podem se aliar harmonicamente com os objetivos econômicos e sociais da região, não desconsiderando os interesses coletivos e individuais, entretanto, objetivando o bem-estar de todos, culminando em maior produtividade e diversificação das ofertas e representação no mercado regional. A viabilidade quanto à implantação de um novo meio de produção pode ganhar seu espaço, ajudando a somar em preservação ambiental, atendimento aos interesses econômicos do município, e principalmente, alimentos saudáveis produzidos em suas propriedades.

Além do enfrentamento holístico desses desafios, é preciso que a Gestão Municipal atine para alternativas em outras questões-chave que podem traduzir problemas de caráter interno da administração, num sentido amplo, dos recursos primordiais do município para o bom funcionamento das políticas públicas.

Tais questões podem ser sintetizadas, primeiramente, pela autonomia limitada, no que tange o âmbito financeiro e constitucional, já que os municípios detêm certa inflexibilidade para captação de recursos e alterações constitucionais, dependentes das esferas superiores de poder, podendo buscar soluções a partir de alternativas por meio de associações e participação dos atores sociais. Em segundo lugar, tem-se a ineficiência na prestação dos serviços públicos, muitas vezes concorrentes aos prestados no âmbito federal e estadual, podendo ser resolvida através boa qualificação dos responsáveis públicos e integração da comunidade. Outro aspecto relevante, é o baixo índice de capital humano, devido ao acesso e proximidade educacional direcionada, sendo preciso investir na capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais. Por último, a dependência financeira, tanto do eixo produtivo já instaurado, como da captação de recursos administrativos, podendo então, serem elaboradas atividades vocacionadas no âmbito municipal objetivando também maior participação social (PEIXOTO, 2016).

Desse modo, os interesses dos habitantes e produtores seriam mais facilmente compreendidos e sanados devido a maior flexibilização da gestão no que concernem esses desafios, objetivando o melhor uso de suas terras.

Discute-se as formas de aproveitamento dessas propriedades para que se possam conciliar as produções de alimentos, visto que os insumos básicos já são fornecidos pela própria terra, às demais já exercidas no local. Como alternativa, podem ser propostos modelos de produção orgânica e agroecológica, especialmente aos pequenos produtores observando a vocação do município. Além da conservação e manutenção consciente dos recursos naturais, o produtor que opta por esse método, atinge maior eficiência em custo, já que não necessitará recorrer aos agroquímicos, como exemplo, fertilizantes sintéticos para correção dos nutrientes do solo, assim como maior produtividade, tanto para culturas de alimentos para o consumo humano, quanto às culturas destinadas a nutrição animal, como capim e grãos.

Assim como o fornecimento de nutrientes balanceados para as plantas em cultivo, as práticas agroecológicas dos solos também apontam resultados positivos no controle de populações de organismos que podem vir a ser danosos às plantações, como pragas e microrganismos de origem patogênica. Há grande número de evidências científicas e

ocorrências práticas, traduzindo o caráter multifuncional do manejo de culturas nos moldes agroecológicos (ALTIERI; NICHOLLS, 2003).

O aumento da biodiversidade, construindo o efeito sinérgico entre a manutenção da fertilidade e o bem estar dos agro ecossistemas, pregada nos princípios da agroecologia, possibilita maior interação entre diferentes espécies dos organismos, que irão atuar na auto regulação do equilíbrio do ambiente, promovendo o controle natural das pragas, também levando a redução de custos operacionais devido a não utilização de pesticidas. Ressalta-se que a consorciação de sistemas produtivos traz inúmeros benefícios para o produtor e para o meio ambiente. Especificamente, no caso da região de Santa Bárbara do Monte Verde, o manejo adequado, associando os focos produtivos pode ocorrer através de muitas formas. A mais expressiva delas é conhecida como SAF (Sistema Agroflorestal).

Um Sistema Agroflorestal implantado em municípios vocacionados, que tem por característica a consorciação de culturas mutuamente benéficas, respeitando seus ciclos de vida de acordo com a sucessão natural das espécies, os estratos ocupados, as estações pertinentes a cada tipo de cultura vêm de encontro aos interesses do proprietário em todo seu sistema produtivo. Busca ser equivalente a um sistema natural, respeitando as próprias características de formação e manutenção das florestas, contudo, com ênfase produtiva.

As alternativas plausíveis para sanar os problemas de adoção de novos modelos, assim como a adequação ao modelo convencional instaurado na região, perpassam por soluções que podem atender os pequenos proprietários em diversos níveis. Registra-se pela observação direta que a adoção de um SAF é potencialmente interessante, nos âmbitos da região em questão, podendo adequar todas as formas produção que incidem com maior expressividade entre os proprietários, potencializados pela abundância hídrica de região, facilitando o manejo e reduzindo custos operacionais como o de irrigação, fazendo uso dos recursos hídricos locais. Neste caso, observam-se riachos em propriedades locais, Figura 4.

Figura 4 - Riacho do Morro Redondo/Antiga Fazenda Pedra Negra



Fonte: dados da pesquisa em campo (2018)

Uma das alternativas para recuperação de áreas degradadas por atividade agropecuária nas regiões tipicamente tropicais, a utilização de espécies arbóreas, principalmente leguminosas, capazes de reciclar mais rapidamente os nutrientes, que apresentem boa produção de massa verde em curto espaço de tempo e, podendo algumas espécies serem usadas também para alimentação animal, e que sejam eficientes na manutenção da fertilidade dos solos, dando condições ao produtor de reutilizar mais rapidamente estas áreas. Ou seja, para se prevenir da perda dessa capacidade produtiva ou para acelerar a restituição do potencial produtivo dessas áreas na unidade de tempo e assim antecipar a sua reutilização, justifica-se promover o enriquecimento dessas capoeiras com policultivos de leguminosas através do sistema agroflorestal silvo-agrícola-rotativo proposto por Brienza Junior et al (1983).

Portanto, dentre muitas categorias que podem se classificar os SAF's, para o município de Santa Bárbara de Monte Verde, o sistema agrossilvipastoril, se apresenta como o mais adequado para atender as necessidades em totalidade dos proprietários locais. O sistema em questão está fundamentado na produção de pastagens consorciadas à culturas de curto, médio e longo prazo, de modo que poderá suprir a necessidade de alimentação animal, juntamente a um sistema enriquecido biologicamente através da diversidade, produção de alimentos e madeira conciliando os diversos interesses e a preservação do meio-ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao longo dos estudos e a partir dos levantamentos realizados, observou-se que existem limitações latentes, tanto para os produtores como para a gestão pública municipal, para agregar novos sistemas produtivos às suas atividades atuais. Essas limitações podem ser dissolvidas através dessas duas perspectivas. Para os produtores, além do respeito e permanência da cultura, o fator comodidade da logística de venda das suas produções se mostrou o fator mais relevante para a falta de interesse em diversificar as produções. Mas não somente, outros fatores primordiais também levam a outras limitações, como: a falta de conhecimento técnico e prático para concretizar o empreendimento de forma segura, assim como a necessidade de mão-de-obra para poderem consorciar a implantação de um novo sistema às suas atividades recorrentes.

Apesar do foco produtivo, os produtores reconhecem a necessidade da produção de alimentos para consumo próprio, pregando como ideal os plantios que não usem agrotóxicos, o que já aponta interesse de produção, mesmo que em pequena escala, inicialmente. Sendo assim, esse interesse pode ser potencializado pelas possibilidades de adequação e implantação das produções orgânicas, uma delas sendo o fator pioneirismo na região, já contemplado pelo abastecimento do mercado local e regional, aumentando assim, a diversidade de oferta de produtos da região e a participação social na cadeia produtiva. Entretanto, é preciso que se estenda o modelo a um grupo representativo de produtores, para gerar escala produtiva, além de políticas públicas direcionadas para o tipo de cultivo, acerca de subsídios práticos para implantação, bem como, a capacitação e aprimoramento dos conhecimentos em questão.

A obtenção de novo mercado da produção orgânica e agroecológica pode dar rumo a melhorias da qualidade de vida dos pequenos produtores sem dúvidas, observadas com a experiência em campo, o uso de uma alimentação saudável, assim como, gerar a subsistência alimentar, impactando positivamente na redução de custos familiares e, também, nos indicadores de bem estar social municipal.

De modo geral, observou-se de fato a viabilidade de inserção de sistemas produtivos orgânicos e agroecológicos, mas ainda é necessário que se relacionem, de maneira harmônica, gestão pública e comunidade, para tecer políticas públicas direcionadas ao sistema de produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, a fim de subsidiar sua implantação e manejo, bem como suplementar o mercado das produções a partir de promoções e estratégias logísticas que promovam o elo produtor-consumidor.

6 REFERÊNCIAS

- AKTOUF, Omar. **A Administração entre a Tradição e a Renovação**. São Paulo: Atlas, 1996.
- ALTIERI, M. **Agroecologia, a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 2001. 54f. Monografia (Bacharelado em Agroecologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2001.
- ASSIS, R. L.; Romeiro, A. R. **Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v.6, n.0, p.67-80, 2002.
- ASSUMPÇÃO, A. D. **Sistemas agroflorestais em assentamentos de reforma agrária**, (Vol. II). Brasília: PDA, 2002.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 229p., 2011. Traduzido por Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro
- BELLON, S. (Orgs). **Transitions vers l'agriculture biologique: pratiques et accompagnements pour des systems innovants**. Paris: Editions Quae; Educagri, 2009.
- BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. 9. ed. Brasília: Editora da UnB, 1997.
- BOMBARDI, L. M., **A intoxicação por agrotóxicos no Brasil e a violação dos direitos humanos** **Direitos Humanos no Brasil 2011**, Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, São Paulo, p.71-73, 2011.
- CAMPANHOLA, Clayton & VALARINI, Pedro José, **A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.18, n.3, p.69-101, set./dez. 2001.
- CASTRO, M. C.; CERVEIRA, R. **Consumidores de produtos orgânicos da cidade de São Paulo: características de um padrão de consumo**. Informações Econômicas, São Paulo, v.29, n.12, p.7-20, 1999.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, p.99, 1988.
- CORREA NETO, N. E., MARANHÃO MESSERSCHMIDT, N., STEENBOCK, W., & FACINA MONNERAT, P. (2016). **Agroflorestando o Mundo de Facão a Trator**. Barra do Turvo. Curitiba, Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade, p.30-34, 2009.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3ª edição. ed. Rio de Janeiro - RJ: Elsevier, 215p, 2008.

FERREIRA, P. A.; PEREIRA J. R.; ALENCAR, E.; SANTANA, A. C.; **Estado e agricultores familiares: uma análise interpretativa sobre o desenvolvimento rural no Sul de Minas Gerais**; Rev. Econ. Sociol. Rural vol.47 no.3 Brasília. 2009

FLEURY, F. A. B. R.; LIMA, W. M. **Mercado Orgânico, Potencial em Expansão**. 2005. 4f. Monografia (Especialização em Produtos orgânicos, cadeia produtiva) - EPCOM, Goiania, 2005. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj7/04.htm>> Acesso em: 31 ago. 2005.

FRASER, M.T.D.; GONDIM, S.G. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. *Revista Paideia*, v. 14,n. 28, p. 139-152, 2004.

FREITAS, M.T.A. Vygotsky e Bakhtin - **Psicologia e educação: um intertexto**. São Paulo: Ática, 2007.

GIL, A. C. **Como classificar as pesquisas; Como elaborar projetos de pesquisa**. Santa Catarina, 2002, p.41-56.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GRECO, S. M. S. S.; BASTOS JUNIOR, P. A.; MACHADO, J. P.; FELIX, J. C.; SILVESTRE, R. G. M.; PASSOS, C. A. K.; SCHLEMM, M. M.; MEZA, M. L. F. G.; RISSETE, C. R.; CUNHA, S. K.; BULGACOV, Y. L. M.; CAMARGO, D.; RÉA, M. X. **Empreendedorismo no Brasil: 2008**. Curitiba. IBQP, 2009.

HUTCHBY, I.; DREW, P. **Conversation analysis**. In: VERSCHEREN, J.; ÖSTAM, J.; BLOMMAERT (Orgs.). *Hanbook of pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins, p.182-189, 1995.

IBGE. **IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Fonte: IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santa-barbara-do-monte-verde/panorama>. Acesso em 28/04/2018.

KEARNEY, C., HISRICH, R. ROCHE, F. **Facilitating public sector corporate entrepreneurship process: a conceptual model**, *Journal of Enterprising Culture*, v. 15, n. 3, p. 275-299, 2007.

KIRZNER, Israel M.. **COMPETIÇÃO E ATIVIDADE EMPRESARIAL**. 2. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2012. 214 p. Tradução de: Ana Maria Sarda.

MACHADO, I. **Gêneros discursivos**. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chaves*. 2.ed. São Paulo: Contexto, p.151-166, 2005.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**.17ª Edição. São Paulo, Malheiros Editores,1136p., 2009.

MATIAS, José. **Curso de Administração Pública**: foco nas instituições e ações governamentais. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORAES, D. S. L. e B. Q. Jordão; **Degradação de recursos hídricos e seus efeitos sobre a saúde humana**; Rev. Saúde Pública, vol.36, n.3, pp.370-374, 2002.

PEIXOTO, A. E. T.; **Problemas da gestão pública municipal no Brasil**; Disponível em <<http://www.politize.com.br/gestao-publica-municipal-no-brasil-problemas/>>. 2018.

PERON, A. J.; EVANGELISTA, A. R. **Degradação de pastagens em regiões de cerrado**. Ciência e Agrotecnologia, v.28, n.3, p.655-661, 2004.

PIGNATI, W.; MOREIRA, J. C.; PERES, F.; **O agronegócio e os impactos dos agrotóxicos na saúde e ambiente: produtividade ou caso grave de saúde pública?**; Direitos Humanos no Brasil 2011, Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; São Paulo, 244p., 2011.

PONTECORVO, C.; AJELLO, A.M.; ZUCCHERMAGLIO, C. **Discutindo se aprende: interação social, conhecimento e escola**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. SÃO PAULO: Annablume, 277p., 1998.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]:CAPES: UAB, 2009.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo, 2006.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002. 11f. Monografia (Especialização em Políticas Públicas) - AATR-BA, BAHIA, 2002

TYGEL, F.; **Dados sobre Agrotóxicos: Informação para Ação**; Rio de Janeiro; v.2, 20p, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Interações dialógicas com representantes da comunidade e agentes públicos.

APÊNDICE B - Interação dialógica com técnico da área.

APÊNDICE C - Interação Dialógica com representantes da comunidade.

APÊNDICE D - Interação com empreendedores iniciantes.

APENDICE A - Interações dialógicas com representantes da comunidade e agentes públicos.

a) Interação dialógica com o prefeito do município:

Ismael Teixeira de Paiva, popularmente conhecido como “Mael”, atual prefeito do município, cumprindo seu mandato no período de 2017 a 2020, tem bom relacionamento com os habitantes e os produtores da região, buscando atender a todos nos limites de sua competência.

Quando questionado sobre os polos produtivos da região, sintetiza as atividades, resumidamente, em pecuária, gado de corte e de leite e a produção de eucaliptos para fins diversos, e “minimamente, alguns produtores de leite produzem derivados para vendas diretas”, como queijo e manteiga.

Contudo, desconhece a produção de alimentos acerca de vegetais, legumes e frutas para comercialização, com exceção de apenas um produtor que, tradicionalmente, ainda produz feijão e milho, sendo o milho, grande parte para alimentação animal, e seus feijões para consumo da família e pequena comercialização na região.

Antigamente, Mael conta que houve políticas orientadas para subsídios dos plantios, que eram diversificados, mas, hoje em dia, as demandas seguem junto à procura para aração de terrenos que basicamente são focados para plantio de pastagens e culturas próprias de silagem, como milho e espécies diversas de capins.

Sobre a integração dos produtores, diz que essas ocorrem a partir de eventos envolvendo as atividades convencionais da região, a exemplo os torneios leiteiros, exposições genéticas e afins, assim como os eventos de caráter recreativo que são promovidos em diversas épocas na região.

Mael discorre sobre as dificuldades em se produzir alimentos, em específico dos vegetais, legumes e frutas, devido à logística de escoamento, relacionando as facilidades nesse quesito acerca das produções convencionais, de modo que, há cooperativas e entidades privadas que se encarregam da captação dessas produções, tornando-se, então, mais interessante aos produtores, se aliarem às atividades recorrentes do meio.

b) Interação dialógica com técnico da área:**Técnico da Emater de Santa Barbara:**

Sr. Ronaldo, técnico da Emater do município, tem como responsabilidade, entre outras, o auxílio na realização de projetos para captação de investimentos no meio rural. Relata que a maioria dos auxílios que presta aos produtores da região, está baseada na compra de gado, custeio em geral, assim como no plantio de monoculturas de eucalipto.

Apesar de acreditar na produção livre de agroquímicos, de modo que ele mesmo, em sua propriedade dentro dos limites de Belmiro Braga – MG, produz alimentos, como gosta de dizer, “saudáveis, livre de venenos”, reconhece a tradição regional no que tange o eixo produtivo da região.

Durante seu tempo de convivência com os moradores e produtores da região, não observa o interesse de empreendimento no âmbito da produção alimentar, mas acredita no forte potencial da região para a produção de algumas culturas. Exemplificando através de um produtor de uvas da região, devido a condições climáticas favoráveis e a abundância hidrográfica da região, tem sucesso na produção de uvas orgânicas.

Ronaldo acredita, principalmente, na expansão da ideia da produção de alimentos livre de agroquímicos através dos exemplos na região. De modo que, assim como as atividades pecuárias, plantação de eucaliptos e etc, os produtores estão sempre se inspirando indiretamente nos outros, sendo então, os exemplos bem sucedidos as melhores formas de dar início a um possível polo de produção de alimentos saudáveis da região.

c) Interação Dialógica com representantes da comunidade.**A Dona Maria**

Moradora antiga da região, há mais de 3 décadas, aposentada Dona Maria já viveu e presenciou muitas mudanças durante esse tempo. Como gosta de dizer: “as coisas estão mais fáceis, mas não tão melhores”. Orgulha-se de sua trajetória e de sua permanência no meio rural, onde tem sua própria casa, vivendo ao lado de sua filha, genro e netos.

Relata as diversas transições que o campo sofreu ao longo desse tempo. Reconhece que as pessoas do meio rural deixaram algumas tradições, principalmente a de se plantar os próprios alimentos, sem a adição dos “venenos”. Por isso, preserva sua horta, produzindo grande parte das hortaliças e legumes que consome junto a sua família, assim como a criação de galinhas caipiras e uma pequena comercialização de ovos.

Observa a mudança da participação da prefeitura no que tange auxílio direto aos moradores, de modo que, antigamente, havia, como exemplificado, subsídio para preparo da terra para plantios, que eram diversificados e reforça: “hoje em dia, só se vê eucalipto”. Contudo, ainda acredita no retorno das tradições produtivas, mas reconhece a dificuldade da transição do “o que dá certo para algo novo”, exemplificando com a produção de leite do seu genro.

O Sr. João “Quinca”

João, nascido e criado na região de Santa Barbara do Monte Verde, tem um sítio sobre sua gestão com alguns empregados empreiteiros pro necessidades diversas e um ajudante diário. Suas atividades produtivas estão baseadas na doma de equinos e a criação de gado leiteiro para extração e venda do leite e produção de derivados em pequena escala, seguindo as tradições da região e de sua família.

Por hobbie, cita que gostaria de ter um empreendimento envolvendo a criação, doma e treinamento de equinos, mas relata a dificuldade de diminuir ou trocar sua renda, baseada no curto prazo, referente à venda de leite, sua receita não conseguiria suprir as despesas familiares.

Há alguns anos atrás, investiu em tecnologia de armazenamento do leite por necessidade, através do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), mas ainda possui extração manual. Já que o investimento para automatizar a coleta do leite por ordenhadeiras estaria fora do seu orçamento.

Desse modo, João explica que a atividade de ordenha, trato, entre outras, tomam grande parte do tempo do seu dia, o que também dificulta o emprego de energia e tempo em outra atividade. Mas, demonstra interesse em aderir alguma atividade produtiva que possa ter bom retorno financeiro e lhe permitir ter mais tempo para outras atividades.

Ele e sua família também criam animais de pequeno porte, como porcos, galinhas e cabras, e cultivam uma pequena horta para as despesas da família, na qual não usam nenhum

agroquímico, já que para ele, a saúde dos alimentos vem de uma terra boa e bem adubada organicamente.

Acredita no papel da Prefeitura em capacitar e fornecer informação e subsídios básicos para impulsionar a atividade de produção de alimentos saudáveis da região, já que, algumas tradições, como o cultivo de alimentos, foram substituídas pelas atuais, resumindo-se na plantação de eucaliptos, gado de corte e gado de leite.

d) Interação com empreendedores iniciantes:

Senhor Geraldo

Proprietário há 14 anos, senhor Geraldo, sempre teve o sonho de se mudar para seu sítio. Contudo, residindo e empregado em Juiz de Fora, a distância não o permite fazer a transição do meio urbano para o rural sem que possua alguma atividade financeira que supra seus gastos.

Tem grande crença nas raízes e tradições hoje em dia esquecidas no campo, principalmente acerca da subsistência alimentar, e acredita também que a produção de alimentos saudáveis pode ser de grande ajuda para sua renda, bem como para a saúde de seus consumidores.

Contudo, faz-se presente em sua propriedade apenas nos finais de semana, inviabilizando o início de qualquer atividade que se alinhe aos seus valores, já que, como vegetariano desde os 18 anos, não se sente mais a confortável com os ideais pecuaristas, que seria de mais fácil manejo devido sua disponibilidade limitada.

Dessa forma, Geraldo busca por alternativas que condizem com suas necessidades pessoais e seus valores de preservação do meio ambiente, encontrando na agroecologia uma possível solução para dar início a sua renda rural de forma sustentável, consorciada com sua disponibilidade semanal para o manejo e integralização.

Reconhece a dificuldade de implantação dos sistemas de plantio que, a princípio, exigiram grande esforço físico ou um conjunto de mão de obra, para os primeiros trabalhos na terra. Por isso, informou-se e buscou por alternativas de financiamento de atividades rurais para otimizar seu tempo e esforço, caminhando para aquisição de maquinário de pequeno porte para atender suas necessidades imediatas.

Acredita que a produção de caráter familiar pode ser a saída para sua transição por completo, junto ao projeto de produção e comercialização de cogumelos Shiitake que “possui

bom valor de mercado, exigindo um esforço considerável no início, mas pouco manejo frequente”, sendo primordial para sua renda e para cobrir seus gastos mensais.

Dona Drica “Sol”

Proprietária desde 2012, Sol tem compreendida nas suas atividades a criação de gado, porco, extração de leite, produção de queijos e doce de leite, geleias, pimentas artesanais e artesanato. Sol também oferece cursos de capacitação em plantios, técnicas e manejo agroecológicos e bioconstrução, ministrados até mesmo em sua propriedade.

Durante esse seu período de vivência na região, não possui conhecimento acerca de produtores orgânicos, sendo que, os cultivos que observa fazem parte da produção para consumo próprio e para alimentação direta das criações, como porco, gado e aves, ou silagem, de milho, cultivos de abóbora, mandioca e horta.

Em sua propriedade, no momento, cultiva alimentos para consumo da família, utilizando uma área onde está implantado um sistema agroflorestral, planejando dar seguimento a outros sistemas agroflorestrais em outras áreas para expansão e diversificação do seu cultivo.

Comenta a importância da propagação da ideia do cultivo livre de agroquímicos para toda a comunidade, a fim de romper com as barreiras da monocultura, que é tida como mais produtiva e viável. Acredita que deve-se dar estímulos aos pequenos produtores de alimentos que possam os ajudar a reduzir os impostos, facilitar vendas e as trocas diretas.

Sol não possui conhecimento sobre nenhuma política pública municipal recorrente na região que possa subsidiar ou impulsionar a produção de alimentos saudáveis e a ascensão econômica dos pequenos proprietários. Mas observa a importância de se desenvolverem políticas públicas, direcionadas nesse aspecto, aliadas às práticas em creches, escolas, igrejas e em diversas entidades públicas.

Tem vontade de iniciar um círculo de palestras e promover encontros para tratar de soluções e desenvolver projetos na região, frisando a importância do cuidado para com o meio ambiente e a natureza: “Para que o alimento cumpra a função dele, é necessário que possamos curar nossa forma de ver e de respeitar a natureza”. Reconhece o contato com a terra muito além do tato físico, resgate de valores ancestrais, “oferecer à mesa amor e respeito à natureza. Dá outro sabor à vida”